

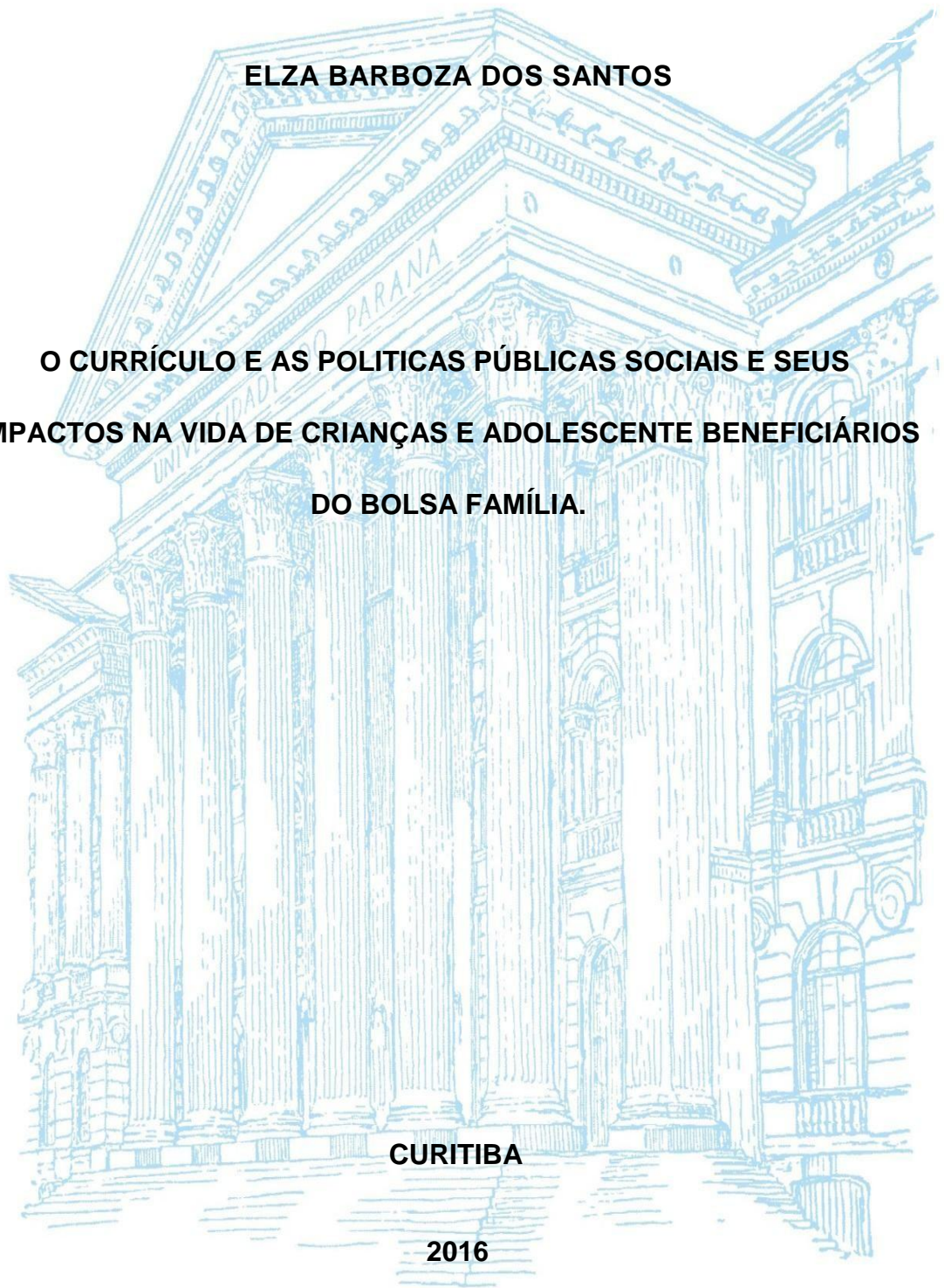
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**ELZA BARBOZA DOS SANTOS**

**O CURRÍCULO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS E SEUS  
IMPACTOS NA VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE BENEFICIÁRIOS  
DO BOLSA FAMÍLIA.**

**CURITIBA**

**2016**



**ELZA BARBOZA DOS SANTOS**

**O CURRÍCULO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS E SEUS  
IMPACTOS NA VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE BENEFICIÁRIOS DO  
BOLSA FAMÍLIA.**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

**Orientador(a): Profª Drª Ângela Coutinho**

**CURITIBA**

**2016**

## **O currículo e as políticas públicas sociais e seus impactos na vida de crianças e adolescente beneficiários do bolsa família.**

Elza Barboza dos Santos

### **RESUMO:**

A questão central desta pesquisa é analisar a partir de dados quantitativos e qualitativos, se a frequência escolar ligada à condicionalidade posta pelo programa Bolsa Família às crianças e adolescentes beneficiários, pode ou não garantir sua permanência e, conseqüentemente, sua aprendizagem escolar. Com isso, é necessária uma breve análise das Leis que versam sobre o direito a educação, como também a Lei 10.836/04, que versa sobre a transferência de renda pelo denominado Programa Bolsa Família. Nesse sentido, serão elencadas as condicionalidades postas pelo programa, atendo à condicionalidade ligada à educação, para a partir desta análise, indicar aspectos que contribuem ou não com a inserção e permanência desses alunos, assim como, sua aprendizagem. Para isso, também é importante uma discussão acerca do currículo escolar, contrapondo com como o tema pobreza está posto no currículo e no ambiente escolar, e de que maneira a comunidade docente e discente se relaciona com o tema pobreza.

**Palavras-Chave:** Política social; Currículo; Frequência Escolar; Aprendizagem.

### **ABSTRACT**

The central question of this research is to analyze from the quantitative and qualitative data, if the school attendance linked to the conditionality put by the Bolsa Família program to the beneficiary children and adolescents, may or may not guarantee its permanence and, consequently, its school learning. With this, a brief analysis of the Laws on the right to education is required, as well as Law 10.836 / 04, which deals with the transfer of income through the so-called Bolsa Família Program. In this sense, we will list the conditionalities set by the program, if we take into account the conditionality linked to education, to start from this analysis, indicate aspects that contribute or not to the insertion and permanence of these students, as well as their learning. For this, a discussion about the school curriculum is also important, as opposed to the poverty issue in the curriculum and the school environment, and in what way the teaching and learning community is related to the issue of poverty

**Keywords:** Social policy; Curriculum; School attendance; Learning.

## 1. INTRODUÇÃO

A questão central desta pesquisa é analisar a partir de dados quantitativos e qualitativos se a frequência escolar ligada à condicionalidade posta pelo programa Bolsa Família às crianças e adolescentes beneficiários, pode ou não garantir sua permanência e, conseqüentemente, sua aprendizagem escolar.

A partir de dados coletados realizou-se um estudo sobre a trajetória desses alunos considerando a frequência e o rendimento escolar. A pesquisa também avaliou como este programa social contribui ou não para o acesso, permanência e a aprendizagem escolar dos adolescentes que se encontram na pobreza e seqüentemente em vulnerabilidade social.

Faremos uma articulação entre os documentos que versam sobre o direito à educação, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Estatuto da Criança e do Adolescente, como também a Lei 10.836/04, que versa sobre a transferência de renda Programa Bolsa Família, dando ênfase às suas condicionalidades, que estão atreladas à inserção e a frequência escolar dos adolescentes em idade escolar.

Esta pesquisa ganha importância no contexto educacional uma vez que pessoas que vivem na pobreza, ou na mais extrema pobreza vivem e perpetuam um quadro de exclusão social; político, econômico e educacional, e o sujeito excluído desses mecanismos sociais, em especial excluído da escola, perpetuam e reafirmam um círculo constante de pobreza e de vulnerabilidade social.

Situação que pode ser rompida ou amenizada por meio da educação, mas não excluída totalmente, visto que a escola não consegue resolver sozinha a questão social, política e econômica da pobreza. Mas tende a contribuir para o entendimento que cada sujeito possui de si dentro da sociedade.

Os dados da pesquisa foram levantados considerando os alunos beneficiários do programa Bolsa Família matriculados no Colégio Estadual Dr. Gilberto Alves do Nascimento que é mantido pelo Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado da Educação – SEED, oferta o Ensino Fundamental 6º ao 9º Ano, Ensino Profissionalizante - Médio Normal e Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais e do Ensino Fundamental – Normal/Integrado.

O colégio escolhido situa-se no bairro Recanto das Águas na cidade de Piraquara, atendendo alunos de diversos bairros do município. <sup>1</sup>Com relação à comunidade atendida pela escola, a grande maioria dos pais, mães ou responsáveis pelos alunos, 88% dos entrevistados têm sua formação escolar até no máximo o ensino fundamental, sendo que 46% dos familiares possuem o ensino fundamental incompleto, e 26% são analfabetos.

Em relação às famílias dos alunos, 21% das famílias sobrevivem com renda inferior a um salário mínimo, essas condições econômicas são limitadores da participação dos alunos em atividades que requeiram algum gasto financeiro extraordinário.

As mães, na grande maioria, trabalham fora e normalmente em empregos informais, tais como vendedores ambulantes, diaristas e “catadores” de materiais recicláveis para ajudar no sustento da família.

De acordo com os dados, verificou-se que uma parcela significativa dos educandos não mora com seus genitores, mas sim com seus avós paternos ou maternos.

Atualmente o Colégio atende uma demanda de 1.370 alunos, divididos nos três períodos, manhã, tarde e noite. Destes, 274 são beneficiários do programa Bolsa Família.

Para esta pesquisa optou-se em trabalhar por amostragem, onde se escolheu uma turma, onde concentrou o maior número de alunos bolsistas. Nesse sentido a turma escolhida foi o 1º ano do Ensino Médio, do período noturno, cuja turma possui 15 alunos bolsistas do programa.

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar por meio de dados escolares se a condicionalidade em relação à permanência e frequência escolar posta pelo programa de transferência de renda, Bolsa Família, garante a permanência e consequentemente um bom desempenho escolar dos alunos bolsistas do Programa.

Para isso, se analisou os dados do 1º semestre do ano de 2016 e parcial do 2º semestre. A pesquisa se deu por meio de dados levantados no programa SERE,

---

<sup>1</sup> Entrevista por meio de questionário para a atualização de dados para inclusão no Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Dr. Gilberto Alves do Nascimento.

Sistema Estadual de Registro Escolar. Programa utilizado pelo governo do estado do Paraná para o acompanhamento escolar dos alunos da rede estadual de ensino.

Após o levantamento dos dados se analisou se o programa Bolsa Família contribui para a inserção, frequência e aprendizagem dos adolescentes que se encontram na pobreza e conseqüentemente em vulnerabilidade social.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

Do ponto de vista educacional é essencial à existência de leis que regularizem e sirvam como subsídio padronizador educacional, em razão disso em 1996 é publicado a Lei n.º 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases Educacional, que tem como objetivo regulamentar aspectos da educação dentro dos diferentes níveis educacionais.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

(BRASIL, 1996).

Na Constituição Federal em vários artigos é posto o direito a educação e igualdade de condições para todos:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino. (BRASIL, 1988, p.102).

Não diferente está posto também no Estatuto da Criança e do Adolescente, pois a partir desse documento crianças e os adolescentes são vistos com suas especificidades, considerando seu desenvolvimento físico, biológicos e intelectual, tornando-os sujeitos de direito e deveres, entre estes, direito à educação:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;....

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;
- VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.  
Estatuto da Criança e do Adolescente. (BRASIL, 2013, p. 69)

O direito a educação é posto em vários documentos oficiais do Brasil, no entanto, observa-se ainda muitas crianças e adolescentes longe dos bancos escolares, dados estes, que reforçam a criação de programas sociais com o intuito de incluir e diminuir o grande abismo social existente no Brasil.

Partindo deste pressuposto em 2004 é promulgada a Lei 10.836/04, que versa sobre a transferência de renda Programa Bolsa Família, atendendo famílias que vivem em condição de pobreza e de extrema pobreza, sendo que o valor do benefício está atrelado com a renda familiar per capita.

O programa traz como princípio identificar e atender às famílias que se encontram em situação de pobreza e de extrema pobreza, para isso, definiu-se

parâmetro identificador e classificatório considerando dois valores remuneratórios, como também a composição familiar.

Para tanto, definiu-se pelo programa que as famílias com renda por pessoa de até R\$ 85,00 mensais, estas se encontram na pobreza. Já as famílias com renda por pessoa entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 mensais, desde que em sua composição familiar façam parte crianças ou adolescentes entre 0 a 17 anos de idade, de acordo com a classificação do programa, a família vive na mais extrema pobreza.

A Lei 10.836/04 em seu Artigo 19 nos traz o seguinte texto em relação aos valores recebidos:

“Art. 19.

I - benefício básico, no valor mensal de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza;

II - benefício variável, no valor mensal de R\$ 39,00 (trinta e nove reais) por beneficiário, até o limite de R\$ 195,00 (cento e noventa e cinco reais) por família, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição:

III - benefício variável vinculado ao adolescente, no valor mensal de R\$ 46,00 (quarenta e seis reais) por beneficiário, até o limite de R\$ 92,00 (noventa e dois reais) por família, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade de dezesseis a dezessete anos matriculados em estabelecimentos de ensino;

V - benefício para superação da extrema pobreza, cujo valor será calculado na forma do § 3º, no limite de um por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família que apresentem soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III do **caput** igual ou inferior a R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) **per capita**.

§ 3º O valor do benefício para superação da extrema pobreza será o resultado da diferença entre R\$ 85,01 (oitenta e cinco reais e um centavo) e a soma per capita referida no inciso V do caput, multiplicado pela quantidade de membros da família, arredondado ao múltiplo de R\$ 2,00 (dois reais) imediatamente superior.” (BRASIL, 2004)

Para o recebimento do benefício às famílias interessadas devem realizar um cadastro no sistema do governo chamado de Cadastro Único que dará acesso aos vários programas sociais disponibilizados pelo governo federal. Para tanto, a seleção das famílias se dá por este sistema informatizado de cruzamento de dados. Sendo que a concessão depende do número de famílias atendidas em cada município, bem como, o limite orçamentário do programa.



Vale ressaltar que o programa possui um mecanismo de controle ativo em que constantemente entram e saem famílias do programa, entre os motivos estão a obrigatoriedade da atualização das informações de cada família beneficiárias, como também o cumprimento das condicionalidades postas pelo programa.

Diferente do que algumas pessoas acreditam, que quantos mais filhos um casal tiver, maior será o valor do benefício recebido, configura-se um pensamento errôneo, uma vez que o valor recebido é a soma do benefício básico de R\$ 85,00, mais as variáveis conforme a composição familiar. No entanto, a soma dos benefícios variáveis está limitada em até cinco valores mensais.

As variáveis estão relacionadas diretamente a composição familiar, se a família possui filhos entre 06 a 15 anos de idade. Se na composição da família possuem gestantes ou nutrízes. Para cada variante o valor é de R\$ 39,00 reais. Mais o benefício vinculado ao adolescente sendo de R\$ 46,00 reais.

No entanto, uma vez beneficiário do Bolsa Família, as famílias devem cumprir o que o programa chama de condicionalidades ligadas à educação e à saúde, não com o intuito de exclusão do programa, mas sim, reforçar a inserção de famílias pobres a direitos sociais.

Art. 3º A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento. Parágrafo único. O acompanhamento da frequência escolar relacionada ao benefício previsto no inciso III do caput do art. 2º desta Lei considerará 75% (setenta e cinco por cento) de frequência, em conformidade com o previsto no inciso VI do caput do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (BRASIL, 2004, p. 04)

A escola é mencionada como instituição própria de ensino, onde o sujeito tem acesso direto aos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade. Conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, conhecimentos que complementam a educação que começa na convivência familiar, e nos demais locais de convivência social. A passagem do sujeito pela escola deve dar ele condição para interagir em seu ambiente social de maneira crítica e consciente a fim de modifica-lo.

Segundo Freire, (1983) o homem compreendendo sua realidade social fica apto a pensar possibilidades e levantar suposições acerca dos desafios encontrados e assim, buscar saídas, transformando-o sua realidade de maneira positiva para o bem comum. Colocando-os como defensores de seus direitos sociais muitas vezes negados, direitos muitas vezes desconhecidos por esses sujeitos.

É sabido que a escola tem como uma de suas funções socializar o conhecimento produzido pela humanidade considerando a especificidade de cada estudante, dando ênfase ao resultado qualitativo do processo de aprendizagem, mas isso não é função fácil para a escola diante da diversidade cultural e social estabelecida neste ambiente.

Quando falamos em currículo, é necessária a inclusão das vivências de cada comunidade em que a escola está inserida, com isso, o aluno se sentirá parte da escola, parte de sua história.

Para isso, um novo olhar deve ser lançado acerca da problemática da pobreza e dos sujeitos que nela estão inseridos. Pois a visão constituída da pobreza na área educacional e no interior da escola implica negativamente na identificação e na condução desses sujeitos na sua trajetória escolar. Fazendo com que esses sujeitos sejam responsabilizados pela sua trajetória escolar, seja pelo sucesso ou insucesso escolar. Visão esta moralizante da pobreza que em nada contribui com o sucesso e aprendizagem escolar dos sujeitos pobres.

Ainda segundo Arroyo (2010, p. 11),

A interpretação moralista da pobreza traz consequências para a escolarização dos(as) pobres. Isso ocorre porque os esforços escolares não priorizam garantir seu direito ao conhecimento, mas sua moralização. Logo, os(as) estudantes não receberão aprendizados sobre as ciências e tecnologias que possam vir a libertá-los(as) do ciclo vicioso da pobreza, mas apenas lhes será dado o domínio de habilidades mais elementares de ciências e a alfabetização na idade determinada como “certa” pelo sistema educacional. Enquanto a pobreza for pensada como uma questão moral, os currículos para os(as) pobres continuarão sendo pensados para moralizá-los(as), não para garantir o direito deles(as) ao conhecimento, às ciências e às tecnologias. Serão currículos pobres de conhecimentos e repletos de bons conselhos morais de esforço, trabalho, dedicação e disciplina.

Nesse sentido, o professor muitas vezes fazendo uso dessa visão reducionista, subestima a capacidade de aprendizagem e a capacidade desse sujeito de viver e fazer cultura.

Assim, o aluno pobre é tido como coitado e menos capaz de aprendizagem, ou seja, acaba por receber menos conteúdo, menos atenção menos aprendizagem, menos autonomia intelectual. O professor coloca em prática seu currículo oculto e deixa de lado seu currículo prescrito e formal, tudo em nome da visão moralizante da pobreza.

Em diversas literatura ligadas a educação e ao currículo, Arroyo (2010, p. 30 ) diz que,

Essa visão marcada pela desigualdade dos alunos perante o conhecimento é uma marca da cultura escolar. Classificar é uma rotina desde a hora de enturmar, agrupar até a hora de aprovar, reprovar. Hierarquizar os desiguais é inerente à cultura escolar e docente e condiciona as lógicas em que tudo se estrutura nas escolas. Sobretudo, o ordenamento dos conhecimentos, da avaliação, dos tempos e espaços, das didáticas. Do currículo. Façamos um exercício para entender como essa lógica funciona e como condiciona o ordenamento dos conhecimentos e competências a serem ensinados e aprendidos e a serem avaliados. Como condiciona a exclusão de alunos vistos como desiguais, incapazes, deficientes.

Para Perrenoud, (1999, p. 26), a questão da desigualdade de aprendizagem, ele traz a seguinte afirmação:

Para compreender como as desigualdades e diferenças de desenvolvimento intelectual e de capital cultural transformam-se em desigualdade de aprendizagem escolares e, mais dia menos dia, em êxitos ou fracassos, convém não cair na caricatura. A indiferença às diferenças jamais é absoluta. Nenhum professor trata todos seus alunos como iguais em direitos e deveres. Ele pratica voluntariamente ou não, uma forma de diferenciação do ensino.

De maneira mais simplificada, o professor deixa de trabalhar os conteúdos, conhecimentos científicos e elementos da cultura para prover conselhos morais, culpabilizando os estudantes por sua condição de pobreza, ação esta, pensada e realizada inconscientemente pelo professor. Ou seja, com o intuito de incluir esse aluno no ambiente escolar o professor acaba contribuído com a distância entre o sucesso e o fracasso escolar.

Na área educacional é importa uma reflexão acerca das práticas e dos currículos escolares como coloca Arroyo (2013, p.23).

Se essas formas de pensar os coletivos empobrecidos nos currículos têm sido inferiorizantes, antipedagógicas e antiéticas, então, avançar para currículos que os reconheçam sujeitos de saberes e os valorizem significará construir novos padrões cognitivos, culturais, sociais, pedagógicos e formadores, novos currículos e nova relação entre conhecimento, cultura e pobreza.

Pois, a escola de hoje com o advento das leis que deveriam garantir o acesso e a permanência na escola, ainda acaba deixando de fora muitas crianças e adolescentes, no que diz respeito ao sucesso escolar, sendo estes, na maioria crianças e adolescentes inseridos em ambientes com a mais extrema pobreza.

Um novo olhar deve ser lançado aos que da escola fazem parte como protagonistas do aprender e do ensinar. Arroyo (2013, p. 20):

Como professores(as), educadores(as) e gestores(as), assumimos nosso dever profissional de garantir o direito dos(as) alunos(as) ao conhecimento. O primeiro conhecimento a que todo ser humano tem direito é compreender-se no mundo, na sociedade, na história. O saber-se pobre é o discernimento mais persistente nas vidas, no passado e presente das famílias e comunidades empobrecidas. Se esse é o saber mais premente, o direito a ser garantido, na escola e nos currículos, não será a conhecimentos que aprofundem, sistematizem, alarguem esse saber-se pobre?

Com o movimento por uma escola emancipadora almeja-se com isso, a construção de uma sociedade compromissada com a maioria, que valorize a diversidade humana, cultural e social, que respeite a dignidade de cada indivíduo, a igualdade de direitos e oportunidades.

### **3. ANÁLISE DE DADOS COLETADOS**

Em análise aos dados coletados observa-se em relação ao desempenho e a frequência escolar, os alunos que apresentam uma boa frequência, também tende a apresentar um bom rendimento escolar, quer sejam bolsistas ou não bolsistas.

O gráfico 1, nos mostra que a frequência e a média possuem uma forte correlação, ou seja, a frequência dos alunos interfere diretamente em seu desempenho escolar e consequentemente em sua média geral.

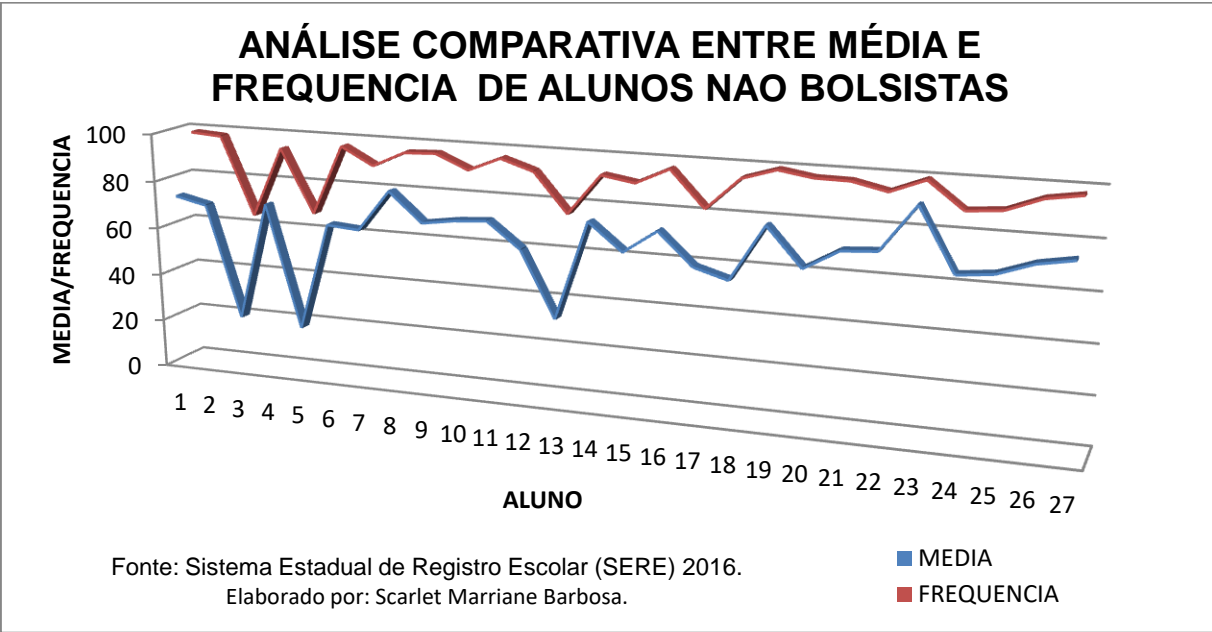


GRÁFICO 1 - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE MÉDIA E FREQUENCIA DE ALUNOS NAO BOLSISTAS

O gráfico 2, confirma a relação posta entre a frequência e média, pois ao analisar os dados relacionado aos alunos bolsistas fica claro a forte relação entre o bom desempenho, atrelado a boa frequência.

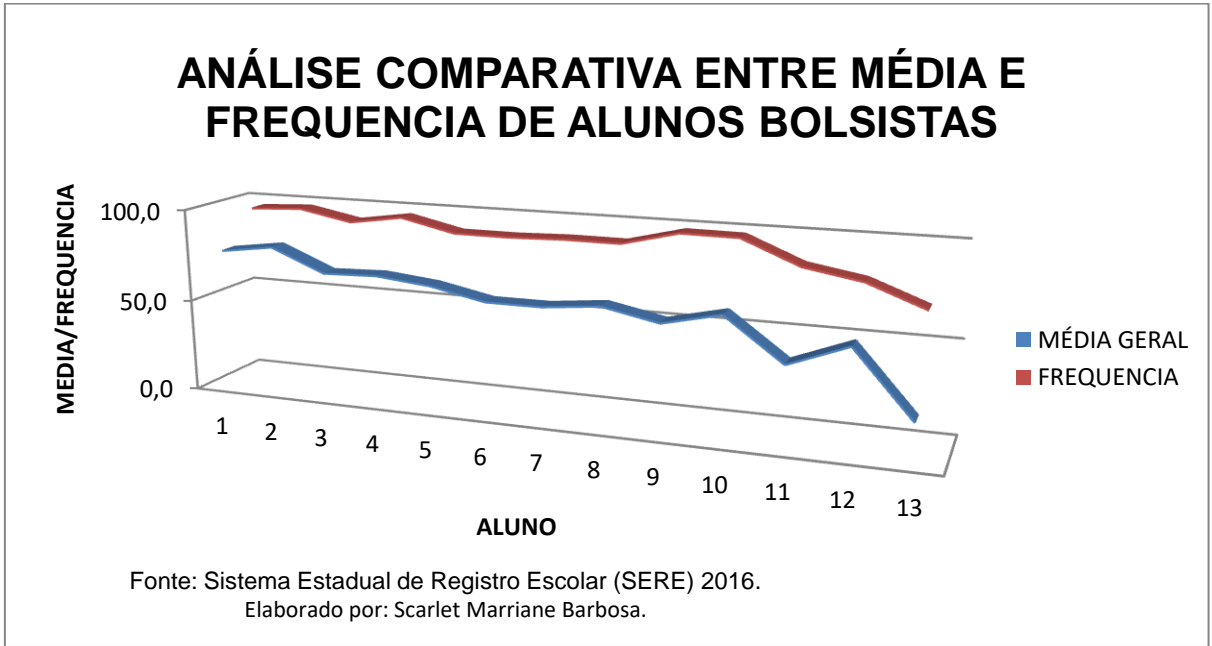


GRÁFICO 2 - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE MÉDIA E FREQUENCIA - ALUNOS BOLSISTAS

No entanto, ao analisar o gráfico 3, com relação à frequência dos alunos bolsistas e não bolsistas, observa-se que em alguns pontos do gráfico a frequência dos bolsistas é contínua sem oscilação, diferente dos não bolsistas, que oscila em determinados pontos do gráfico mostrando abaixo frequência escolar.

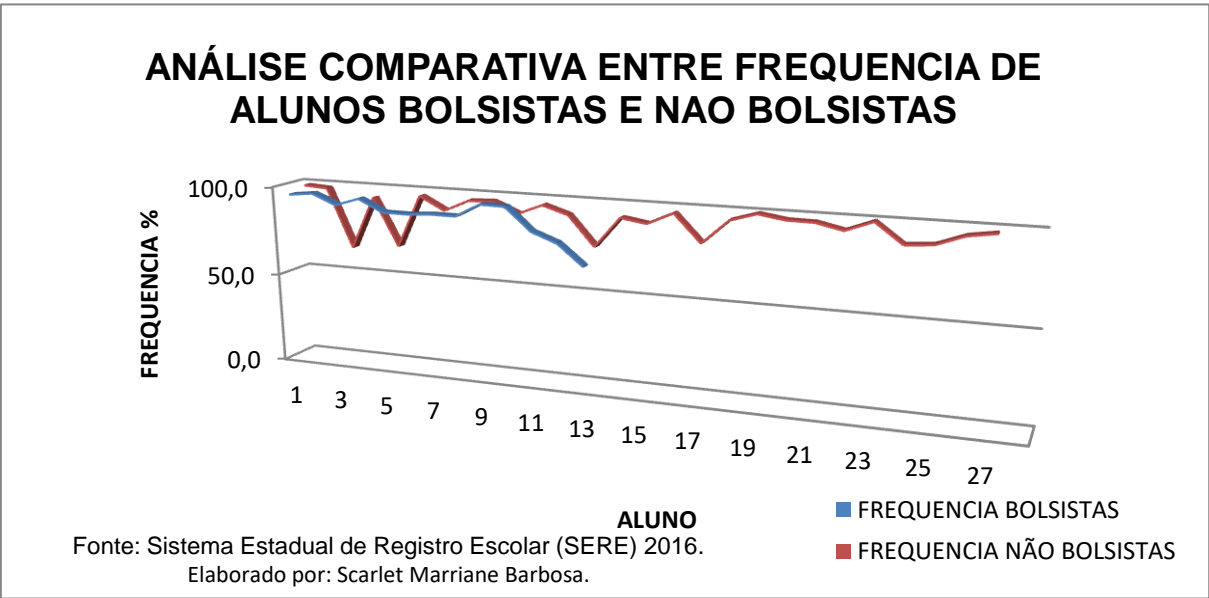


GRÁFICO 3 - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE FREQUENCIA DE ALUNOS BOLSISTAS E NAO BOLSISTAS

Ao compararmos no gráfico 4, o desempenho escolar dos dois grupos de alunos, observa-se que mesmo os alunos não bolsistas ter apresentado grande oscilação em sua frequência escolar estes, apresentam um melhor resultado e desempenho relacionados a notas.

Já com relação à comparação do desempenho escolar dos alunos bolsistas e não bolsistas, os alunos não bolsistas apresentam um rendimento melhor em comparação aos bolsistas, sendo de 66,7%. Logo os bolsistas apresentam um rendimento inferior a 60,9%. Dados observáveis no gráfico 4.

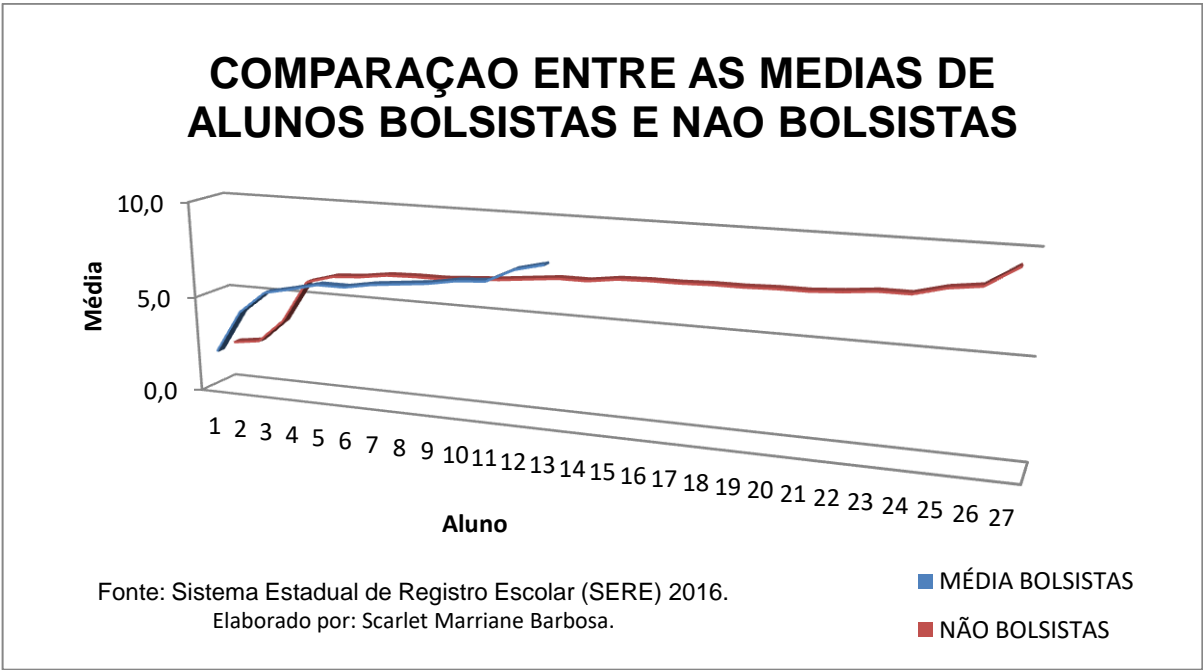


GRÁFICO 4 - COMPARAÇÃO ENTRE AS MEDIAS DE ALUNOS BOLSISTAS E NAO BOLSISTAS

Mesmo estando claro nos gráficos analisados que o bom rendimento está relacionado à boa frequência escolar, em especial quando analisamos os dois grupos de alunos separadamente, a frequência e nota, ficou claro correlação entre o bom rendimento e frequência.

Mas quando analisamos e comparamos os mesmos índices entre os dois grupos de alunos, os alunos não bolsistas apresentaram um melhor rendimento em comparação aos alunos bolsistas.

A saber, bolsistas em idade escolar correta, matriculados no Ensino Fundamental devem apresentar 85% de frequência escolar, já os bolsistas em idade correta matriculados do Ensino Médio, devem apresentar 75% de frequência escolar para permanecer no programa, cumprindo assim, a condicionalidade.

Os dados da frequência escolar são encaminhados bimestralmente para os coordenadores municipais do programa Bolsa Família, a fim de analisar se a condicionalidade envolvendo a frequência escolar está sendo cumprida ou não. Para entender melhor a relação idade /série com relação à frequência escolar é importante observar a tabela que segue:

ETAPA DE ENSINO	FAIXA ETÁRIA PREVISTA	DURAÇÃO	FREQUÊNCIA OBRIGATÓRIA
<b>EDUCAÇÃO INFANTIL</b> Creche Pré- escola	<b>Até 5 anos de idade</b> Até 3 anos de idade 4 e 5 anos de idade	<b>5 anos</b> Até 3 anos 2 anos	85%
<b>ENSINO FUNDAMENTAL</b> Anos Iniciais Anos Finais	<b>Até 14 anos de idade</b> De 6 a 10 anos de idade De 11 a 14 anos de idade	<b>9 anos</b> 5 anos 4 anos	85%
<b>ENSINO MÉDIO</b>	<b>Até 17 anos de idade</b> <b>De 15 a 17 anos de idade</b>	<b>3 anos</b>	75%

TABELA 1: Fonte dos dados: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios/beneficios>

Assim, levando em consideração a frequência obrigatória dos alunos bolsistas do Ensino Médio, em análise aos dados e trajetória dos estudantes elencados, observou-se que as condicionalidades postas pelo programa Bolsa Família são cumpridas parcialmente, pois quando analisamos a trajetória individual dos alunos bolsistas, alguns alunos apresentam um media de frequência em 67.8% e outros com 79.3%, a condicionalidade posta pelo programa é de 75.0%. A média de frequência geral dos bolsistas é de 89.4%, alta, mas mascara os dados objetivos.

Já os alunos não bolsistas, apresentam uma frequência de 91.2%, mas também identificamos alunos com a frequência entre 64.5% e 67.3%, ou seja, com uma grande oscilação, o que a análise das médias encobre. Tal diferença remete para a necessidade de analisar localmente as trajetórias individuais, tendo em vista que o objetivo de melhoria da qualidade de vida de cada cidadão não pode atuar apenas com base em médias, mas deve considerar cada sujeito nas suas condições reais. Papel este que a escola pode bem se ocupar!

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de termos documentos importantes que garantem o direito à educação como a Lei 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação, como também a Lei 8069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente, a Constituição Federal, de 1988, até mesmo de programas sociais que condicionam a inclusão no projeto, com a matrícula e a frequência escolar, ainda assim, percebe-se que a escola não esta cumprindo seu legado, que é o de incluir o sujeito.

Uma vez que a escola não se faz atraente para os alunos, pois conforme análise dos dados, tanto os alunos bolsistas ou não bolsistas, esses apresentam em



determinados momentos uma baixa frequência e conseqüentemente um baixo rendimento escolar.

Com isso, à escola deve buscar formas de eliminar barreiras, conscientizando a comunidade escolar, oportunizando momentos de reflexão e criando projetos que atendam a diversidade de sujeitos que da escola fazem parte, no intuito de incluir a criança e o adolescente que vivem a margem da sociedade.

Cabe à escola em seu interior orientar esses mesmos sujeitos a conhecer e questionar sua condição social para que a partir desse conhecimento possam romper barreiras e quebrar o círculo que envolve a pobreza.

Neste século a escola tem entre seus desafios promover o conhecimento, a valorização e o respeito às diversidades culturais e sociais existentes, não só em seu espaço, mas em toda sociedade.

Não só isso, mas enquanto educadores rever a forma que concebemos a questão da pobreza, um passo importante, é deixar de olhar a pobreza com olhar moralizante. Devemos deixar de olhar os alunos pobres como sujeitos desprovidos de saber e vivência social, devemos sim ver esse sujeito, como sujeitos fazedores de cultura.

Pois há muita produção de conhecimento sobre a pobreza diz Arroyo, (2013, p.24), em seus estudos,

Há ainda um dado a ser ponderado para aprofundar essas questões: há muita produção de conhecimento sobre a pobreza, por meio de pesquisas e análises, nas diversas áreas do conhecimento, como Sociologia, História, Geografia, Antropologia, Economia etc. Além disso, esse tema tem estado presente até mesmo nas diversas artes e linguagens, como literatura, cinema, pintura, fotografia, grafite, música. Contudo, por que essa pluralidade de conhecimentos produzidos sobre a pobreza não entra nos currículos de educação básica ou está inserida de maneira marginal?

Além disso, é importante que a escola crie situações que estimulem e incentivem os alunos marginalizados socialmente a frequentarem a escola, reduzindo a evasão, a repetência envolvendo-os em atividades culturais, esportivas, de educação em direitos humanos e de lazer.

A escola deve buscar formas de eliminar barreiras, conscientizando a comunidade escolar, funcionários, professores e alunos oportunizando momentos de

reflexão acerca da pobreza e de seus condicionantes, criando projetos que atendam a diversidade de todos os sujeitos protagonistas no ambiente escolar.

Pois a escola deve oportunizar momento para que os sujeitos possam compreender-se, enquanto sujeito social. Arroyo (2013, p.18-19),

Com profundidade o fenômeno da pobreza e da desigualdade social, é preciso dar importância, nos cursos de formação inicial e continuada, à discussão sobre os processos históricos de transformação dos sujeitos “diferentes” – vistos do ponto de vista dos dominadores – em sujeitos inferiores, pobres, desprovidos de terra, teto, poder, renda, trabalho e escola. Da análise desse contexto, é possível chegar à constatação de que políticas e programas de combate à pobreza não Módulo Introdutório - Pobreza, desigualdades e educação 19 surtirão grandes efeitos caso se limitem à distribuição de renda, de alimentação e até de escolarização, porque a conformação dos grupos diferentes em desiguais se dá em contínua relação política. Nesse sentido, é necessário que essas iniciativas sejam acompanhadas de políticas eficientes de combate às desigualdades e de reconhecimento positivo das diversidades sócio-étnico-raciais e de gênero.

Para que a partir dessa discussão possamos elencar os problemas e só então buscar soluções que venha de encontro com a concretização da educação inclusiva, rumo a uma educação de qualidade pensada e almejada por todos.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> acessado 20/10/2016.

ARROYO, González Arroyo. Pobreza e Currículo: *uma complexa articulação- Módulo IV.p. 18-19.*  
[www.ead.ufpa.br/epds/pluginfile.php/65/mod\\_forum/attachment/.../modulo4.pdf](http://www.ead.ufpa.br/epds/pluginfile.php/65/mod_forum/attachment/.../modulo4.pdf) Acessado em 16/12/2016.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.  
 P. 202.

\_\_\_\_\_. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, Brasília, DF: Senado Federal 2015 ( 1996). Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) Acessado em 10 de out. 2015.

DIGIÁCOMO, Murilo José; DIGIÁCOMO, Ildeara de Amorim. *Estatuto da Criança e do Adolescente: Anotado e interpretado*. Curitiba, SEDS, 2013. P. 69.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1983, p. 30.

PERRENOUD, Philippe. *Pedagogia diferenciada: Das intenções à ação*. Porto Alegre, Artmed, 1999. P. 26.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8794.htm)  
Acessado em 16/12/2012.

REGO, Valquíria Leão, PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo, Unesp, 2014.

<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios/beneficios> acessado em 10/10/16.

<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/17> acessado em 16/12/2016.

**APENDICE A - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE MÉDIA E FREQUENCIA DE ALUNOS NAO BOLSISTAS**

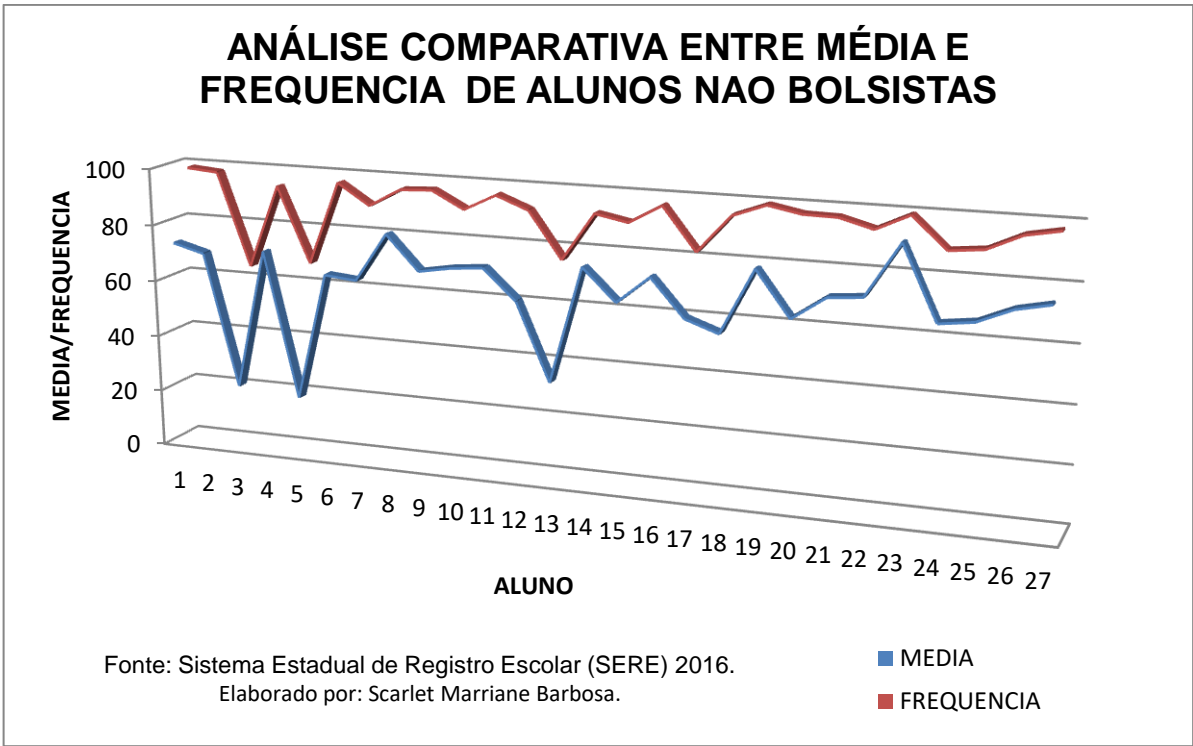


GRÁFICO 1 - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE MÉDIA E FREQUENCIA DE ALUNOS NAO BOLSISTAS

APENDICE B - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE MÉDIA E FREQUENCIA DE ALUNOS BOLSISTAS

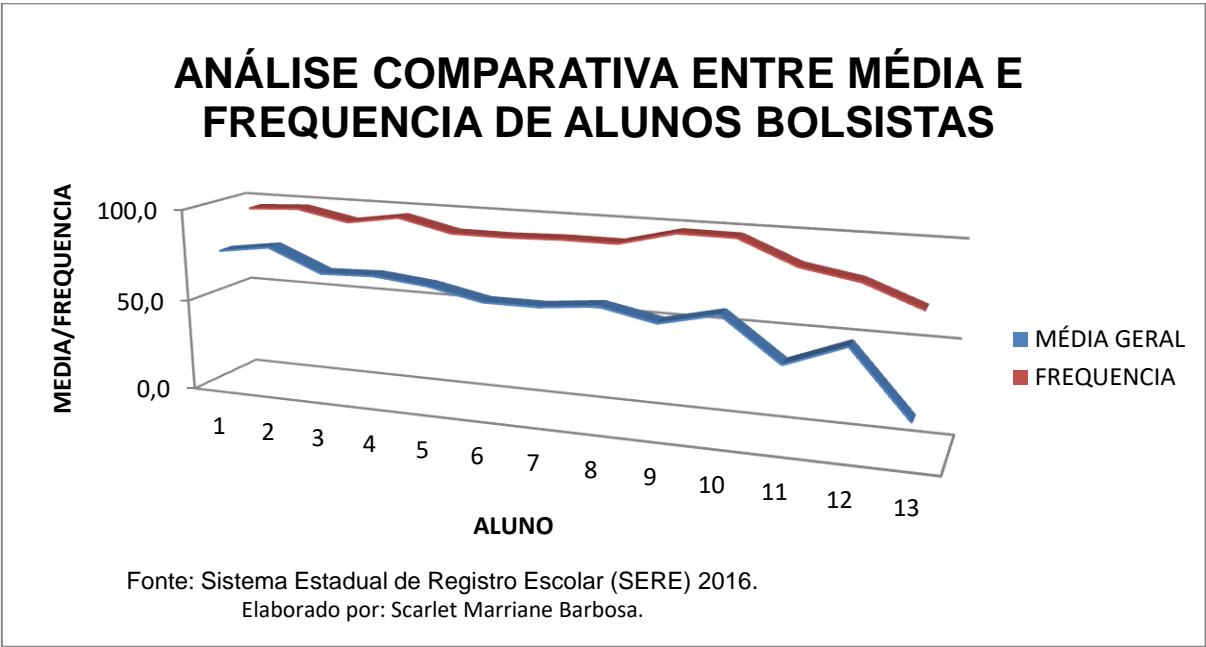


GRÁFICO 2 - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE MÉDIA E FREQUENCIA - ALUNOS BOLSISTAS

APENDICE C – ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE FREQUENCIA DE ALUNOS BOLSISTAS E NAO BOLSISTAS

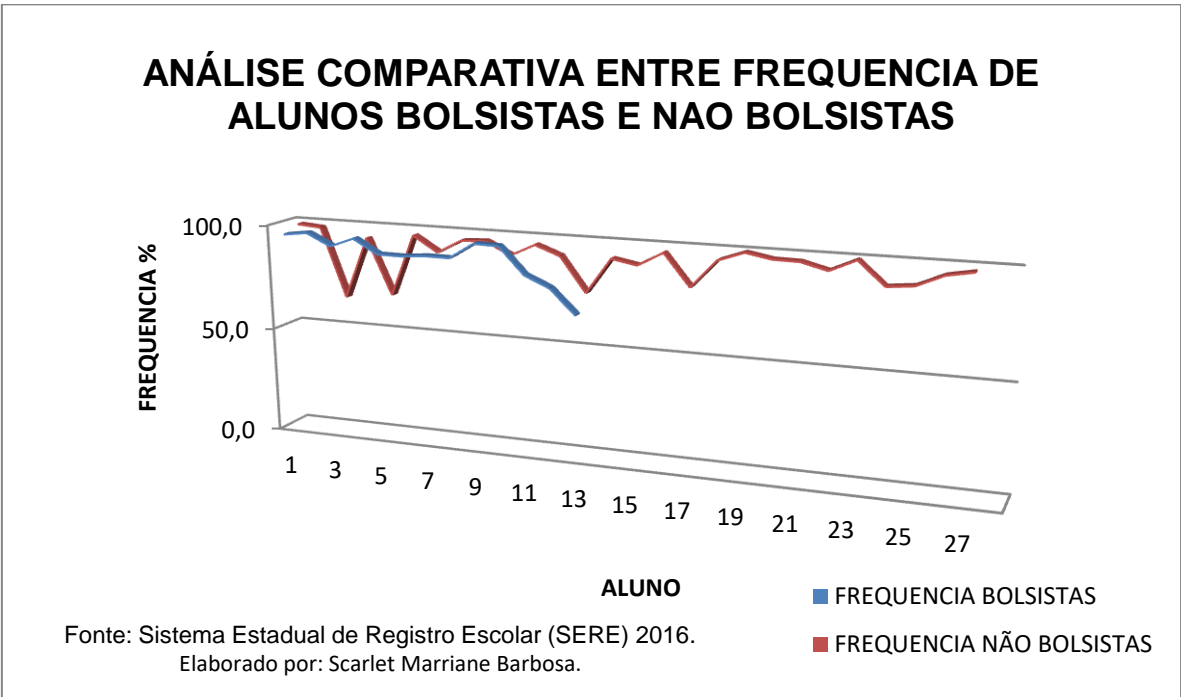


GRÁFICO 3 - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE FREQUENCIA DE ALUNOS BOLSISTAS E NAO BOLSISTAS

APENDICE D – COMPARAÇÃO ENTRE AS MEDIAS DE ALUNOS BOLSISTAS E NAO BOLSISTAS

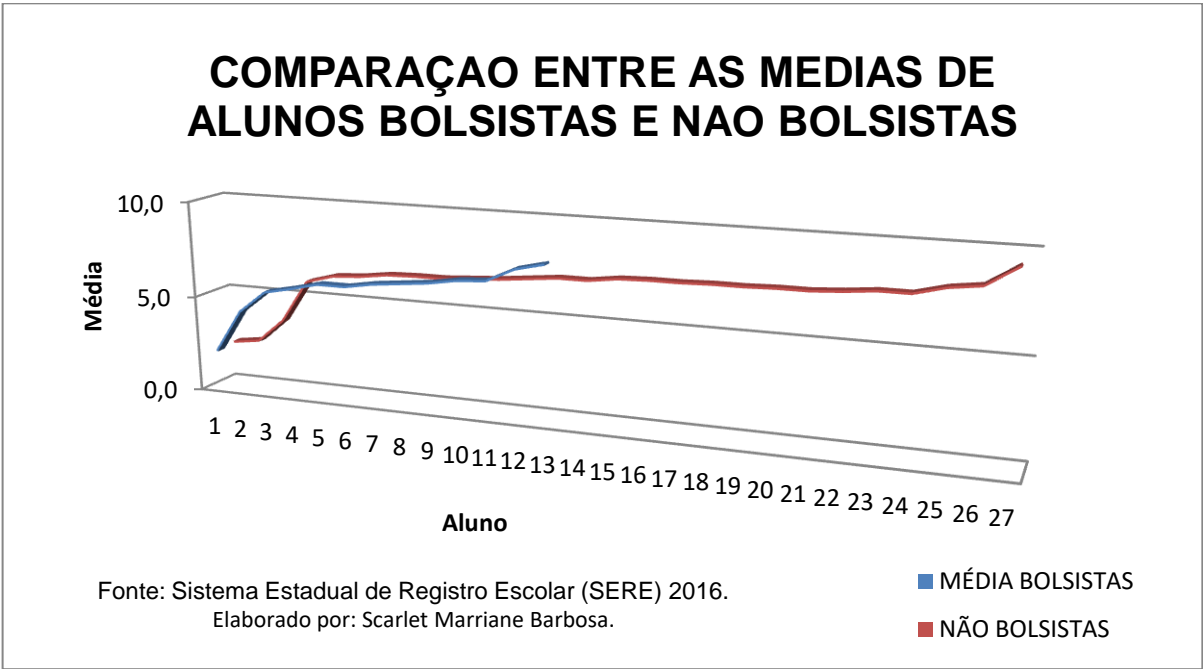


GRÁFICO 4 - COMPARAÇÃO ENTRE AS MEDIAS DE ALUNOS BOLSISTAS E NAO BOLSISTAS